

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Conferência do clima deve discutir novas metas	2
Título: UE quer ampliar corte de emissões de carbono.....	3
Título: Curta.....	5
Título: RS é Estado mais próximo de entrar em plano de socorro federal	6
Título: Nova luz para a plataforma continental brasileira	7
Título: Petrobras prevê investir até 2024 US\$ 75,7 bilhões.....	10
Título: Estatal disse que dará transparência à produção de gás.....	13
Título: Shell defende continuidade de leilões no país	14
Título: Curta.....	16
Título: Mineração Vale Verde planeja operar em 2021	16
Título: Curta.....	17
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	18
Título: Petrobrás cortará investimentos e venderá mais ativos	18
Título: Força-tarefa vê baixo risco de óleo avançar pelo Rio	19
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	20
Título: Petrobras reduz previsão de investimento em 10% até 2024.....	20
VEÍCULO: O Globo.....	21
Título: Petrobras reduz investimentos em 10% até 2024.....	21
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	23
Título: Petrobras ajusta investimento.....	23

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 29/11/2019****Seção: Internacional****Autor: Daniela Chiaretti — De São Paulo****Título: Conferência do clima deve discutir novas metas**

A nova rodada da conferência do clima começa na segunda-feira, em Madri, com a missão de discutir aumento da ambição das metas de corte de gases-estufa e dos financiamentos climáticos de um lado, e concluir o livro de regras do Acordo de Paris de outro. Assuntos que interessam ao Brasil estarão na mesa: como reposicionar créditos de carbono do passado para o futuro e como inserir as florestas nos novos mecanismos financeiros.

A aposta de delegados e observadores ouvidos pelo **Valor** é que o controverso artigo 6, que trata de mecanismos de mercado para ajudar economias a se descarbonizarem, terá ao menos um acerto político ao final. “O Brasil parece estar flexibilizando sua posição”, diz uma fonte. Na rodada anterior, na Polônia, em 2018, a delegação brasileira travou a negociação, que foi adiada para a CoP 25.

O comportamento do Brasil, que estreia nas CoPs sob o governo de Jair Bolsonaro, desperta curiosidade, assim como os movimentos dos dois maiores emissores globais - os Estados Unidos de Donald Trump, que anunciou o início do processo formal de saída do Acordo de Paris, e a China, que pode (ou não) ocupar o papel de liderança mundial.

Alguns observadores acreditam que a guerra comercial EUA-China está afetando Pequim. O país estaria sendo forçado a abandonar alguns programas de energia limpa e voltar a colocar o carvão no foco da política energética.

O ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles chefiará a delegação brasileira. Estará em Madri durante as duas semanas. **O ministro das Minas e Energia Bento Albuquerque** irá para o “Energy Day” promovido pela UE. O ministério da Agricultura deve enviar dez representantes.

Os governadores da Amazônia Legal farão um evento para apresentar seu plano de desenvolvimento sustentável, assim como a Frente Nacional de Prefeitos. “Estamos curiosos. Será interessante ver o que estas outras vozes do Brasil irão dizer e como irão se posicionar em relação ao governo federal”, diz um delegado europeu.

Durante duas semanas estarão reunidos no centro de convenções conhecido por “Feria de Madrid” delegados de 196 países mais o bloco europeu. A CoP 25 é uma reunião agitada antes de acontecer. Era para ser no Brasil, mas Bolsonaro retirou a candidatura que migrou para o Chile. A turbulência política dos últimos meses fez com que o presidente Sebastián Piñera desistisse de sediá-la.

A Espanha ofereceu abrigo e a ONU preparou Madri em tempo recorde com ajuda do Canadá, Finlândia, Alemanha, Japão, Luxemburgo e Suécia. Piñera anunciou que não irá à CoP 25.

O secretário-geral da ONU António Guterres tem dito que a CoP 25 é sobre “ambição, ambição, ambição”. Ele deve pedir novamente que não se inaugurem novas térmicas a carvão a partir de 2020, que os subsídios aos combustíveis fósseis sejam abandonados (calcula-se que estejam em torno a US\$ 5,1 trilhões), que os países melhorem as metas climáticas para 2020 e os planos de neutralidade em carbono para 2050.

A Aliança pela Preservação das Florestas Tropicais, iniciativa francesa, colombiana e chilena lançada na Semana do Clima de Nova York, em setembro, deve avançar mais um passo. Os organizadores imaginam um novo mecanismo, que não seja apenas um fundo tradicional, mas uma espécie de “hub”. de projetos que pode combinar fundos privados e públicos.

Além de Guterres, a premiê alemã Angela Merkel deve ir a Madri. O presidente francês Emmanuel Macron era aguardado, mas com o desastre no Mali que matou há poucos dias 13 soldados franceses em uma colisão entre helicópteros, deve ser substituído pelo primeiro-ministro Édouard Philippe. “Temos que avançar, esta é uma CoP importante. Ela tem que confirmar a mobilização internacional pelo clima”, diz um delegado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/11/2019

Seção: Internacional

Autor: Mehreen Khan — Financial Times, de Estrasburgo

Título: UE quer ampliar corte de emissões de carbono

A nova Comissão Europeia se prepara para divulgar novas metas ambiciosas de emissões de carbono, num momento em que o Parlamento europeu intensifica a pressão sobre o braço executivo do bloco ao declarar “emergência climática” na União Europeia (UE).

Segundo documento que o “Financial Times” teve acesso, a nova presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, começará seu mandato solicitando aos países-membros da UE que se comprometam até o ano que vem em reduzir suas

emissões de carbono de 2030 a partir da meta atual de 40% para “pelo menos 50% e mais próxima de 55%”.

O plano surgiu quando o Parlamento europeu declarou uma emergência climática na UE, às vésperas da reunião de clima da ONU (CoP 25), na semana que vem em Madri. A medida, predominantemente simbólica, torna a UE a primeira potência - juntamente com países individuais como o Reino Unido e a França - a fazer uma declaração do gênero.

“O fato de a Europa ser o primeiro continente a declarar uma emergência climática e ambiental, pouco antes da CoP 25, quando a nova comissão toma posse, e três semanas após Donald Trump ter confirmado a saída dos EUA do Acordo de Paris, é um recado forte aos cidadãos e ao resto do mundo”, disse o parlamentar francês Pascal Canfin, que propôs a moção.

A meta de emissões de 2030 despontou como um ponto crítico delicado na política climática da UE. Nove países-membros - entre os quais França, Holanda, Suécia e Espanha - têm pressionado a Comissão a abraçar uma meta superior, de 55%, mas grupos empresariais reclamam que elevar metas anteriormente pactuadas imporá novos encargos sobre as empresas.

A fim de abrandar as críticas, Bruxelas formulará um “plano abrangente” sobre como elevar a meta de 2030 até o terceiro trimestre do ano que vem, insistindo que ele tem de ser feito “de maneira responsável”, diz o documento.

Autoridades da UE disseram que a faixa de 50% a 55% foi escolhida para evitar a oposição de governos como os de Alemanha e Polônia, que relutam em acelerar o ritmo dos cortes de emissões por temer que suas empresas não estejam prontas para isso.

Os que apoiam mais cortes das emissões dizem que a UE não poderá alcançar sua meta de se tornar o primeiro continente climaticamente neutro do mundo até 2050 se não acelerar as medidas de curto prazo. Argumentam que mesmo uma meta de 55% não é suficiente para limitar o aquecimento global a menos de 2°C, como foi aprovado no Acordo de Paris.

Franziska Achterberg, porta-voz do Greenpeace, disse que o prazo de outubro de 2020 significará que os governos da UE enfrentarão dificuldades para cumprir a promessa em tempo para a próxima cúpula global da ONU, marcada para novembro de 2020.

“Os cientistas estimam que os atuais compromissos da UE de reduzir as emissões de gases-estufa levarão a nada menos que 3°C de aquecimento global e à destruição irreversível causada por um colapso climático. O Greenpeace e

outras organizações ambientais defendem uma meta de pelo menos 65% até 2030, em comparação com 1990”, disse Achterberg.

O “novo acordo verde” da Comissão também vai propor a primeira lei climática da UE, que entronizará a meta líquida zero de 2050 na legislação doméstica até março de 2020. O pacote será divulgado no dia 11 de dezembro, um dia antes da reunião de cúpula dos líderes europeus na qual Polônia, Hungria e República Tcheca serão conclamados a concordar com a meta de neutralidade de carbono do bloco de 2050. Os três países são os únicos membros da UE que ainda não aderiram.

Antes da cúpula, Von der Leyen também divulgará a formação de um fundo de transição de € 35 bilhões destinado a ajudar economias dependentes do carvão, como a da Polônia, a mudar para fontes de energia mais verdes, disseram autoridades da UE.

A proposta também incluirá planos para reformular o programa de transações de emissões de carbono da UE de modo a incluir o setor marítimo e o de transportes rodoviários, segundo o documento. Entidades de classe empresariais também defendem que a Comissão obrigue terceiros países importadores de aço a contribuir financeiramente para o sistema para ter acesso ao mercado da UE.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	29/11/2019
Seção:	Brasil
Autor:	
Título:	Curta

Vítimas de Brumadinho

Um acordo firmado ontem na 6ª Vara da Fazenda Pública Estadual e Autarquias, em Belo Horizonte, garantiu a prorrogação de pagamentos emergenciais a atingidos pelo rompimento da barragem da Vale na mina Córrego do Feijão. Previsto para terminar em janeiro de 2020, quando o desastre - que deixou 256 mortos e ainda tem 14 desaparecidos - completa um ano, o pagamento foi estendido por dez meses, mas o valor será reduzido. A Vale paga um salário mínimo para adultos, metade do valor para adolescentes e um quarto para crianças, para todos os residentes da cidade de Brumadinho e pessoas que viviam a até 1 km da margem do rio Paraopeba na área atingida. A partir de janeiro, apenas moradores de cinco comunidades atingidas e pessoas atingidas

que participam de programas de apoio da Vale terão o valor integral mantido. As demais terão o valor reduzido em 50%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/11/2019

Seção: Brasil

Autor: Edna Simão e Mariana Ribeiro — De Brasília

Título: RS é Estado mais próximo de entrar em plano de socorro federal

Com a proximidade do fim do ano, o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, acredita que a entrada dos Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Goiás no Regime de Recuperação Fiscal (RRF) deve ficar para o ano que vem. Segundo ele, as discussões com o Rio Grande do Sul estão “muito adiantadas”, mas ainda há pontos para bater o martelo.

“O governador atual [Eduardo Leite] fez todas as mudanças legais que são exigidas para ingressar no regime, inclusive mudou a Constituição para privatizar várias empresas, só não conseguiu fazer isso para o Banrisul. Ele construiu um plano de ajuste fiscal, estamos vendo só alguns detalhes, alguns não dependem da gente”, afirmou Mansueto.

Segundo o secretário, no início do ano havia expectativa de que os três Estados ingressassem no regime, do qual hoje só faz parte o Rio de Janeiro. As negociações com Minas e Goiás, no entanto, estão em “estágio anterior” e devem levar mais tempo.

O RRF foi criado em 2017 no governo do então presidente Michel Temer (MDB) e prevê a renegociação da dívida dos Estados com a União e a postergação do pagamento das parcelas por três anos, desde que os Estados cumpram alguns requisitos.

Para o secretário, o atraso da assinatura do ingresso de novos Estados ao regime, assim como receitas de cessão onerosa, dividendos e empoçamento (recursos autorizados e não gastos pelos ministérios), contribuiu para uma redução do rombo das contas públicas neste ano.

A previsão é de que o déficit primário do setor público feche o ano por volta de R\$ 80 bilhões (1,1% do PIB), bem abaixo da meta de déficit de R\$ 132 bilhões (1,8% do PIB). No caso do governo central, o resultado também ficará abaixo da meta, negativa em R\$ 139 bilhões. Em 12 meses, o déficit atingiu R\$ 113,1 bilhões (1,58% do PIB).

De acordo com Mansueto, hoje será divulgado o decreto de programação orçamentária que permitirá a aceleração dos gastos dos ministérios até o fim de

dezembro. As pastas mais beneficiadas serão as de **Minas e Energia**, Defesa e Desenvolvimento Regional. Mas, como o tempo é curto, a avaliação é de que o empoçamento, que em outubro somava R\$ 9,4 bilhões, deve subir ainda mais.

Além disso, ao autorizar o pagamento de valores, que em alguns casos vai superar o orçamento de alguns ministérios, o governo vai impedir um forte aumento dos restos a pagar - compromissos assumidos pelo governo em exercícios anteriores e que não foram pagos. O estoque atual de RAP a pagar totaliza R\$ 57,2 bilhões. Mansueto ainda trabalha com um cancelamento de R\$ 17 bilhões de restos a pagar.

Em outubro, o governo central registrou um superávit primário de R\$ 8,673 bilhões. O resultado só não foi melhor porque o déficit da Previdência somou R\$ 14,635 bilhões, consumindo boa parte do superávit do Tesouro e Banco Central de R\$ 23,308 bilhões. No acumulado do ano, o resultado primário do governo central foi negativo em R\$ 63,848 bilhões.

O resultado fiscal melhor ocorre, principalmente, pela redução das despesas discricionárias, o que inclui investimentos. No acumulado em 12 meses até outubro de 2019, os investimentos totalizaram R\$ 49,1 bilhões (0,68% do PIB), menor do que a metade do aplicado em 2014.

Para Mansueto, a tendência é que o espaço para o investimento público no Orçamento fique menor em 2021 na comparação com o ano anterior. “Não esperem muito espaço para investimento nos próximos anos”, disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/11/2019

Seção: Opinião

Autor: Marcos Almeida e Rafael Feldmann

Título: Nova luz para a plataforma continental brasileira

Este ano, 95% das atividades de exploração e de produção de petróleo no Brasil ocorrerão no mar, segundo a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Ao mesmo tempo, com a recente e inédita sinalização do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) para que a próxima rodada de concessão de blocos exploratórios da ANP, a ser realizada em 2020, inclua blocos para além do que conhecemos como “200 milhas náuticas”, vislumbra-se um gigantesco potencial para todos os brasileiros, podendo gerar benefício econômico de grande escala e incontáveis oportunidades. Vale mencionar que pesquisas geoquímicas e

geofísicas demonstram que estas novas áreas adicionais possuem relevantes e vasto potencial de reservas de petróleo e gás.

Convenção da ONU sobre Direito do Mar deu reconhecimento a novos 170 mil km² à jurisdição brasileira

Para explicar a importância e a complexidade deste tema, nos remeteremos aos conceitos trazidos pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, aprovada em Montego Bay, Jamaica, em 1982, considerada o principal tratado internacional de direito marítimo, hoje aderido por 167 países e também pela União Europeia.

Esta Convenção, assinada e ratificada pelo Brasil nos anos de 1982 e 1988 e vigente desde novembro de 1994, reconheceu que todo Estado Parte tem o direito de soberania para usufruir dos recursos naturais que estiverem em sua plataforma continental (PC) - definição esta que sumarizamos como o leito e o subsolo da área marítima correspondente ao prolongamento natural do território terrestre, ou até a uma distância de 200 milhas náuticas, onde a margem continental geológica for menor.

A mesma Convenção ordenou a criação de uma entidade denominada Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC), a qual dá um aval científico aos limites das PCs pretendidos pelos países, além das tais 200 milhas.

O governo brasileiro tem sido bastante atuante na interação com a CLPC. A primeira submissão de informações e requisição de extensão foi feita em 2004 e representava um aumento de aproximadamente 900 mil quilômetros quadrados. Foi obtida uma sinalização parcialmente positiva em abril de 2007, quando esta CLPC recomendou o reposicionamento dos limites exteriores em certos trechos e solicitou mais detalhamento de informações sobre outros.

Visando dar seguimento ao tema, a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) - responsável pelo planejamento, coordenação e controle do Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (Leplac) - resolveu criar, em 2013, grupo de trabalho, com o intuito de elaborar uma nova submissão a ser reapresentada à CLPC, ato autorizado pela Presidência da República.

Em face de novas informações coletadas no mar, o governo brasileiro apresentou então uma nova submissão em 2015, que se referia à Margem Continental Sul, abrangendo a região entre o Sul do Platô de São Paulo e a

fronteira marítima do Brasil com o Uruguai. Outras duas Submissões Parciais Revistas relativas à Margem Equatorial e à Margem Leste e Meridional, respectivamente, foram apresentadas junto à CLPC em 2017 e 2018.

Neste contexto, no mês de março de 2019, foi divulgada a aprovação, pela CLPC, das recomendações quanto aos limites da PC além das 200 milhas náuticas na Margem Continental Sul, o que, em termos práticos, acarretou um reconhecimento de cerca de novos 170 mil quilômetros quadrados à jurisdição brasileira.

Embora se possa considerar o resultado da submissão de 2015 como uma vitória, e, ao mesmo tempo, boas notícias possam surgir no futuro próximo quanto às pendentes submissões de 2017 e 2018, nota-se alguma insegurança jurídica no tema.

Afinal, voltando ao texto da Convenção, que menciona que os limites da PC são estabelecidos pelos países, conforme as prerrogativas de um Estado soberano, porém, somente são “definitivos e vinculantes” quando em consonância com as recomendações da CLPC (art. 76, parágrafo 8). Nesse ponto é possível identificar que existe alguma dúvida sobre a legalidade de o Brasil, de fato, usufruir desses novos limites jurisdicionais.

Assim, refletindo sobre as disposições da Lei Federal nº 9.478/1997, norma que trata da política energética nacional e à exploração do petróleo, também a Lei Federal n.º 8.617/1993, que define conceitualmente a PC mas não a delimita, bem como a própria Constituição Federal e seu princípio da legalidade, entendemos ser indispensável que a Presidência da República urgentemente promulgue Decreto Federal específico, delimitando a PC, em reconhecimento à recente decisão da CLPC e, principalmente, internalizando os efeitos inerentes a tal delimitação para o direito brasileiro.

Esse decreto delimitaria os novos limites jurisdicionais da PC e definitivamente solucionaria toda e qualquer insegurança jurídica que possa existir no tema, permitindo que estas novas áreas da Margem Continental Sul sejam consideradas nas próximas rodadas de concessão de blocos exploratórios da ANP.

Este tema vem ganhando prioridade, razão pela qual, conforme publicação no último dia 19 de novembro, o CNPE determinou a criação de Grupo de Trabalho (GT) específico para avaliação de quais medidas são necessárias para permitir a

exploração destas áreas adicionais - o que converge em absoluto com a urgente necessidade de promulgação de decreto aqui descrita.

No caso da exploração e produção de petróleo nestas novas áreas, se fará necessário, nos termos do artigo 82 da Convenção, o pagamento de contribuição financeira à Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA), o que poderia encarecer o custo de implementação de tais projetos, uma vez que se dará em caráter adicional aos já conhecidos royalties. Não obstante, bastaria que tal previsão de custo seja suficientemente clara e transparente nos futuros contratos de concessão celebrados com a ANP, garantindo, portanto, segurança e previsibilidade aos investidores.

Diante de todo o exposto, surge uma nova luz sobre a PC brasileira, sobre a qual espera-se que o Poder Executivo federal rapidamente tome as providências necessárias, abrindo assim novas condições para que o país se beneficie dos recursos naturais dessa nova área marítima e, conseqüentemente, das descobertas relativas ao pré-sal, alavancando o desenvolvimento econômico e social, com mais geração de empregos e substancial desenvolvimento científico-tecnológico.

Marcos L. de Almeida é Contra-Almirante da reserva da Marinha do Brasil, especialista em Relações Internacionais (UnB) na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e doutor em Ciências Navais pela Escola de Guerra Naval.

Rafael Feldmann é sócio de Themudo Lessa Advogados e mestre (LL.M) em direito internacional e mudanças climáticas pelo Instituto de Empresa de Madrid (IE Law School).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Gabriel Vasconcelos — Do Rio

Título: Petrobras prevê investir até 2024 US\$ 75,7 bilhões

O primeiro plano estratégico da Petrobras sob a gestão de Roberto Castello Branco, cujas linhas gerais foram divulgadas ontem, confirmou a prioridade da empresa na exploração em águas profundas e ultra-profundas, especialmente no pré-sal, e a continuidade do esforço para redução da dívida. Essas diretrizes se tornaram bandeiras da estatal desde que o executivo assumiu o cargo, no começo do ano. O plano estratégico da companhia para o período 2020-2024,

batizado de “Mind the Gap”, prevê investimentos de US\$ 75,7 bilhões, 10% abaixo do estimado no plano anterior (2019-2023). A nova versão é mais enxuta e focada em exploração e produção de petróleo e gás, área que receberá 85% (US\$ 64,3 bilhões) dos recursos projetados para os próximos anos.

O nome do plano, em inglês, é uma referência à necessidade da empresa de eliminar a distância que a separa das petroleiras globais com melhor desempenho. O objetivo central é criar valor “substancial” para os acionistas. Esse aspecto pode ser comprovado por três pontos. O primeiro foi a adoção do indicador “Economic Value Added” (EVA), utilizado pelo mercado, para o cálculo do retorno do capital investido. O segundo é a inclusão de um novo indicador de produção da empresa. Chamado de “produção comercial”, trata-se de um novo critério que deduz, do volume total de gás natural produzido, a quantidade reinjetada nos reservatórios, consumida nas instalações próprias de E&P e queimada no processo produtivo. A ideia é mostrar quanto da produção efetivamente se transforma em receita para a companhia.

O terceiro ponto é a perspectiva de maior distribuição de dividendos. Segundo a empresa, a redução esperada da dívida bruta, dos atuais US\$ 90 bilhões para US\$ 60 bilhões, em 2021, vai diminuir despesas com juros e aumentar os valores estimados de distribuição de dividendos. “É um plano diferenciado em relação aos anteriores. Agora tem um novo indicador, preocupado com o resultado, com o acionista”, disse o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires.

No endividamento, preocupação central da Petrobras, a relação entre dívida líquida e Ebitda foi mantida em 1,5 vez para 2020. Essa meta já estava presente no plano anterior. Em setembro, o indicador era de 2,58 vezes. A Petrobras também estipulou meta de desinvestimentos de US\$ 20 bilhões a US\$ 30 bilhões até 2024, sendo a maior concentração desse valor nos anos de 2020 e 2021. No plano anterior, a meta era de US\$ 26,9 bilhões até 2023.

“A boa execução do plano permanece ligada ao sucesso na venda de ativos. O mercado parece estar confiante, mas o volume de vendas de ativos é significativo”, afirmou Lavinia Hollanda, sócia e diretora executiva da Escopo Energia. O BTG Pactual considerou positiva a redução da previsão de investimentos da Petrobras no novo plano. Para o banco, o corte indica que o aporte para desenvolver o campo de Búzios, arrematado pela petroleira em leilão este mês, pode ser menor que o esperado inicialmente. Além disso, o menor investimento previsto sugere maior distribuição de dividendos.

Com relação aos investimentos, a Petrobras não divulgou detalhamento por área de negócio, com exceção do segmento de E&P. A empresa só deverá abrir

os números para o mercado na próxima semana, em reuniões com investidores em Nova York e Londres.

Sobre os investimentos em E&P, o valor de R\$ 64,3 bilhões é menor que o previsto no plano anterior, de R\$ 68,8 bilhões, embora proporcionalmente seja maior em relação ao valor total. No plano anterior, o E&P respondia por 81,8% do aporte total previsto. Agora o percentual subiu para 85%.

Na opinião de Felipe Kury, diretor da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a alocação de investimentos para E&P é “uma coisa natural dado o portfólio que a empresa tem hoje”, em boa medida concentrado no pré-sal. “Eles [Petrobras] fizeram investimentos e é de se esperar que precisem monetizá-los”, disse em referência à participação da Petrobras no pré-sal.

O destaque negativo do plano, segundo o mercado, foi a previsão de curto prazo da produção da Petrobras. A meta da estatal para 2020 ficou em linha com a deste ano, de 2,7 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe/d), com variação de 2,5% para mais ou para menos. A meta de produção específica de petróleo - indicador operacional mais acompanhado pelo mercado - foi definida em 2,2 milhões de barris diários (b/d), ligeiramente acima da meta deste ano, de 2,1 milhões de b/d.

O número ficou abaixo do esperado pelo Credit Suisse, que projetava volume de 2,4 milhões de b/d de produção de óleo. Na mesma linha, o BTG Pactual informou que as estimativas da Petrobras para 2020 e 2021 ficaram 4% e 2%, respectivamente, abaixo das projeções do banco. Analisando todo o período do plano, a curva de produção implica crescimento médio anual de 6%, o que foi considerado positivo pelo BTG. Na versão anterior do plano, a taxa anual de crescimento era de 5%.

Para 2024, a Petrobras prevê produção total de óleo e gás de 3,5 milhões de boe/d e produção apenas de petróleo de 2,9 milhões de b/d. A Petrobras estima ainda a entrada em operação de 13 novos sistemas de produção, sendo todos alocados em projetos em águas profundas ou ultra-profundas. Para a elaboração do plano, a estatal adotou como premissa o valor de US\$ 50 por barril para os próximos cinco anos e de US\$ 45 por barril no longo prazo. Não foi informada, porém, a taxa de câmbio utilizada. O plano inovou ao listar compromissos ambientais, mas limitou investimentos em fontes renováveis à pesquisa.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 29/11/2019****Seção: Empresas****Autor: Rafael Rosas — Do Rio****Título: Estatal disse que dará transparência à produção de gás**

Até agora, a Petrobras informava o volume total do gás extraído de seus campos

Uma das novidades apresentadas pela Petrobras no breve comunicado sobre o Plano de Negócios 2020-2024 foi a decisão da empresa de divulgar o que chamou de “produção comercial” de óleo e gás natural. Até agora, a estatal informava o volume total do óleo e do gás extraído dos campos. Agora ela vai, além da produção total, abrir um segundo número, que exclui o gás reinjetado nos reservatórios, o consumo nas próprias plataformas e instalações do E&P (Exploração e Produção) e os volumes queimados nos processos produtivos.

Nas estimativas da companhia para o período 2020-2024, a produção total da empresa passará de 2,7 milhões de barris de óleo equivalente por dia (BOE/dia) no ano que vem para 3,5 milhões de BOE/dia ao fim do quinquênio. No ano que vem, do total produzido, 500 mil BOE ao dia serão de gás natural, dos quais 200 mil BOE/dia serão efetivamente comercializados, enquanto 300 mil BOE/dia serão usados na operação das plataformas para gerar energia, reinjetados ou queimados.

Nos quatro anos seguintes, a estatal comercializará, sempre de acordo com as projeções do Plano de Negócios, metade do gás produzido. Entre 2021 e 2024, a Petrobras prevê produzir sempre 600 mil BOE ao dia de gás, sendo 300 mil devem ser comercializados. O avanço da produção neste período será fruto, portanto, da extração de petróleo, que saltará de 2,3 milhões, em 2021, para 2,9 milhões de BOE/dia em 2024.

O ex-diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) David Zylbersztajn destacou que a decisão da Petrobras de abrir o quanto da produção é efetivamente comercializado garante maior transparência para o mercado. “É interessante para a própria empresa. E para o investidor é fundamental”, afirmou Zylbersztajn, para quem a maior transparência da companhia está em linha com a expectativa do mercado.

Para se ter uma ideia, de acordo com o boletim da produção de petróleo e gás do país em setembro, publicado pela ANP, foram produzidos 129 milhões de metros cúbicos diários de gás naquele mês. Desse total, apenas 67,1 milhões de metros cúbicos diários (52%), foram disponibilizados ao mercado no período.

Do volume não comercializado, 3,275 milhões de metros cúbicos diários foram queimados nas plataformas de produção. O restante foi reinjetado ou consumido pelas próprias unidades de produção.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Gabriel Vasconcelos — Do Rio

Título: Shell defende continuidade de leilões no país

A Shell considera o Brasil um país atrativo para a indústria de óleo e gás, mas o governo deve buscar ações para manter essa atratividade frente à concorrência internacional. Deve ainda cuidar para que o calendário de leilões não seja interrompido pela discussão sobre concessão ou partilha como melhor modelo de exploração do pré-sal. As afirmações foram feitas ontem pelo presidente da Shell no Brasil, André Araújo, em evento no Rio.

Na avaliação do executivo, eventual interrupção na realização das licitações afetaria as operadoras, mas, sobretudo, os fornecedores da cadeia de petróleo e gás.

“Minha expectativa é que os leilões não se interrompam, porque isso foi uma das vitórias que a indústria teve nos últimos anos. Ele [o calendário de leilões] tem um impacto muito grande para nós operadores, mas, sobretudo, para a cadeia de suprimentos. Vimos, na prática, que a interrupção de leilões por muito tempo causa uma disrupção muito grande nos nossos fornecedores”, disse o executivo ao **Valor** no prêmio ANP de Inovação Tecnológica.

“A gente só não quer que esse debate [sobre a escolha do modelo] nos faça voltar atrás em uma série de avanços que houve na indústria.” Sobre qual modelo de exploração seria o mais adequado, o executivo reiterou a preferência pelo modelo de concessão, embora tenha ressaltado que a Shell também tem trabalhado bem com o sistema de partilha de produção.

Além da preocupação com a continuidade dos leilões, o presidente da Shell Brasil disse que a indústria precisa de “termos e condições competitivos” nas licitações do governo federal. “Precisamos ter certeza que as condições oferecidas, no modelo que for, serão atrativas para a indústria. Você pode ter

um projeto de concessão muito ruim, que não é atrativo competitivamente”, afirmou.

Indagado se essas declarações se relacionariam com a necessidade de negociar compensações à Petrobras em eventual exploração das áreas do excedente da cessão onerosa - leilão no qual a Shell não fez ofertas -, Araújo negou. Para ele, a situação das áreas licitadas da cessão onerosa “foi muito específica” e, portanto, não representa a realidade da maior parte do pré-sal.

“O Brasil, para a Shell, é uma prioridade. O fato de a gente não ter participado dos dois últimos leilões não tem nenhum significado com a atratividade do Brasil”, disse em referência à 6ª Rodada de Partilha do Pré-Sal e ao leilão dos excedentes da cessão onerosa. Ele lembrou que a Shell participara da 16ª Rodada de Concessões duas semanas antes daqueles leilões e investe em outros setores, como a geração de energia a gás. “O Brasil é um país atrativo e a Shell está pronta para investir”, completou.

Com relação a afirmações de concorrentes sobre descobertas em outras partes do mundo, que poderiam esvaziar o interesse no Brasil, Araújo afirmou que “esse tipo de colocação só reforça a necessidade de o país entender que tem de ser competitivo globalmente”. “Todo mundo tem limitação de capital e esse capital vai fluir para lugares que forem atrativos”, disse, acrescentando que o Brasil é atrativo. “O exterior tem que ser um motivador para a gente continuar a ser competitivo”, disse.

Este mês o **Valor** mostrou que, para o presidente da BP Energy do Brasil, Adriano Bastos, os investimentos que não vieram para o Brasil nos dois últimos leilões não virão no ano que vem, mesmo que as áreas sejam novamente ofertadas em melhores condições. Na ocasião, o executivo citou descobertas no Irã e a futura abertura de capital da Saudi Aramco como oportunidades que vão disputar com o pré-sal a atenção das petroleiras.

Araújo admitiu que a operação no Brasil pode ser “mais complexa” do que outras novas no mundo. “De certa forma, se entende o pré-sal como uma piscina de óleo fácil de ser perfurada. Na realidade, é um grande desafio, diferente de outros lugares do mundo.” Disse que o pré-sal é uma área “bastante complexa”, a 200 km da costa e, em alguns casos, com 2 mil metros de lâmina d'água e mais 5 mil ou 6 mil metros até chegar na jazida. “Isso cria certa complexidade que o Brasil tem superado muito bem, mas são sempre desafios.”

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 29/11/2019****Seção: Empresas****Autor:****Título: Curta****PetroRio assume Frade**

A Petrobras assinou ontem com a PetroRio Jaguar Petróleo, subsidiária da PetroRio, contrato para a venda de 30% da concessão de Frade, localizada na Bacia de Campos, no Rio de Janeiro, por US\$ 100 milhões. Atualmente, a PetroRio, por meio de suas subsidiárias, detém os 70% restantes da concessão de Frade. A transação incluiu a venda da totalidade da participação detida pela subsidiária Petrobras Frade Inversiones (PFISA), na Frade BV, que detém os ativos offshore, utilizados no campo de Frade.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 29/11/2019****Seção: Empresas****Autor: Ana Paula Machado — De São Paulo****Título: Mineração Vale Verde planeja operar em 2021****Mineradora irá terceirizar a abertura de cava e quatro anos de produção de cobre para a Fagundes Construção e Mineração**

A Mineração Vale Verde (MVV), que pertence ao fundo de investimento Appian Capital, assinou um contrato com a Fagundes Construção e Mineração S.A para dar início às obras de abertura de cava no Projeto Serrote, localizado em Craíbas (AL), no Agreste Alagoano. O acordo de cinco anos, previsto para iniciar em dezembro, prevê a construção da barragem de rejeitos e dos acessos, a preparação das pilhas de minério e estéril, e, operação por um período de quatro anos, incluindo a retirada do material para a liberação das frentes de minério para a lavra.

O gerente-geral da MVV, Tony Lima, disse que pelo acordo a companhia irá pagar à Fagundes R\$ 1 por tonelada extraída na mina para beneficiamento. Essa operação terá início em meados de 2021 e pode ser estendida por mais tempo. “Decidimos terceirizar a exploração mineral, mas o beneficiamento do minério para a produção do concentrado de cobre será feito pela MVV. O acordo inicial é para quatro anos de exploração, mas pode ser alongado. Ainda não decidimos se poderemos fazer novo contrato ou assumirmos essa operação.”

A mina tem vida útil para 20 anos e tem uma capacidade de produção de 4 milhões de toneladas de minério de cobre que depois de beneficiado, serão produzidas cerca de 60 mil toneladas de concentrado de cobre anuais.

O projeto, segundo Lima, tem investimentos previstos de R\$ 700 milhões e já foram aportados de 2018 até agora, cerca de R\$ 350 milhões. “Devemos exportar de toda a produção. Estamos para definir a logística para os embarques que devem acontecer ou no porto de Maceió ou de Aracaju (Sergipe)”.

Atualmente, cerca de 600 trabalhadores atuam no empreendimento. Durante o pico das obras, em 2020, a previsão, segundo ele, é de geração de 1,2 mil empregos diretos e indiretos. Em outubro, 68% dos funcionários do Projeto Serrote eram de Alagoas, sendo 53% dos municípios de Arapiraca e Craíbas.

Além da MVV, o Appian também investe na Atlantic Nickel, no município de Ipiáú (BA). Neste projeto, o foco é a produção de concentrado de níquel sulfetado, e a capacidade nominal de 120 mil toneladas / ano, que tem seu primeiro embarque previsto para o primeiro trimestre de 2020. Sediado em Londres, a Appian possui escritórios na África do Sul e Canadá, já tendo colocado em produção mais de 60 minas no mundo.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	29/11/2019
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Curta

Usiminas adia reforma

O conselho de administração da Usiminas aprovou ontem o adiamento da reforma do Alto-Forno 3 (AF3), da usina de Ipatinga, em Minas Gerais, por 12 meses. Assim, conforme comunicado, o equipamento continuará operando normalmente até meados de 2022, quando a reforma será iniciada. A parada estava prevista para ocorrer em 2021 e estimava-se que a reforma custaria cerca de R\$ 1,2 bilhão e demoraria mais de 100 dias para ser concluída. O equipamento tem capacidade para produzir 2,3 milhões de toneladas anuais.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 29/11/2019****Seção: Economia****Autor: Fernanda Nunes Mariana Durão / Rio****Título: Petrobrás cortará investimentos e venderá mais ativos**

Plano estratégico. Em divulgação bem recebida pelo mercado, companhia pretende reduzir aportes em 10% entre 2020 e 2024, para US\$ 75,7 bilhões, e priorizar investimentos na produção do pré-sal; vendas de ativos vão continuar e devem atingir US\$ 30 bi em 5 anos

O primeiro plano estratégico da Petrobrás no governo Bolsonaro, de 2020 a 2024, trouxe investimento 10% menor do que o anterior - de US\$ 84,1 bilhões passou para US\$ 75,7 bilhões - e também reforçou o foco da empresa no pré-sal. Esse valor se aproxima do patamar do plano lançado em 2017 (US\$ 74,5 bilhões), quando a petroleira começava a sair da crise.

O mercado financeiro recebeu bem o número, por reconhecer comprometimento da empresa com a disciplina de capital. Para um especialista do setor, no entanto, chamou a atenção o lento crescimento da produção. Segundo relatório do banco BTG Pactual, o nível de investimentos abre espaço para o pagamento de US\$ 5,1 bilhões em dividendos pela companhia no ano de 2021. O banco disse que o dado foi uma “surpresa positiva”.

Simultaneamente à queda do investimento, ganhou força o programa de venda de ativos. A previsão é que novos projetos sejam bancados com o dinheiro dos desinvestimentos - até US\$ 30 bilhões em cinco anos -, sem que seja necessário contrair dívida. Até então, a ordem era se desfazer de US\$ 26,9 bilhões em negócios não estratégicos.

Vendas. Não foram informados detalhes das privatizações. A Petrobrás já anunciou a intenção de passar oito refinarias à iniciativa privada, além de campos terrestres e marítimos.

Neste ano, a empresa já se desfez de ativos de grande porte. Na semana passada, a Petrobrás assinou contrato com a Copagaz, Itaúsa e Nacional Gás Butano para a venda da totalidade da distribuidora Liquigás, por R\$ 3,7 bilhões. Em abril, a petroleira vendeu a TAG, operadora do gasoduto que interliga as regiões Sudeste e Nordeste do País, para a francesa Engie, por US\$ 8,6 bilhões.

Também no primeiro semestre, a estatal levantou R\$ 8,6 bilhões com a venda das ações da BR Distribuidora, reduzindo sua participação na distribuidora de combustíveis.

Com esses movimentos, a companhia espera reduzir sua dívida bruta de US\$ 90 bilhões, do fim de setembro, para US\$ 60 bilhões no ano que vem.

Para Luís Sales, analista da Guide Investimentos, o plano revela o foco da gestão na maximização de valor para os acionistas. A interpretação é que a empresa deu uma sinalização benéfica de que vai deixar para trás o que o mercado classifica de “destruição de valor”.

O plano estratégico divulgado ontem trouxe, pela primeira vez, uma agenda de descarbonização, com menos emissões e ganhos no processo produtivo. Mas postergou novamente a decisão de ingressar na geração de energia solar e eólica, indo na contramão do que estão fazendo outras gigantes do setor de petróleo.

Roberto Castello Branco, presidente da companhia, já havia antecipado a intenção de focar os esforços na exploração e produção de petróleo e gás, sobretudo nas bacias de Campos e Santos, em detrimento das demais áreas de negócio. O segmento vai ficar com a quase totalidade dos investimentos, ou 85% da previsão para os próximos cinco anos, o equivalente a US\$ 64,3 bilhões.

Com a entrada em operação de 13 novas plataformas, a produção de petróleo e gás natural deve crescer em 200 mil barris de óleo equivalente por dia a cada ano, passando de 2,7 milhões em 2020 para 3,5 milhões barris por dia em 2024.

“O aumento da produção é muito tacanho. E isso só tem uma explicação: a taxa de declínio da Bacia de Campos é muito maior do que a anunciada de 10%. Não é compreensível que, com tanta produção de pré-sal, com tantas unidades de produção entrando, a curva de produção seja tão pequena”, avaliou o geólogo Pedro Zalán, da consultoria ZAG. /

COLABOROU RENATO CARVALHO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/11/2019

Seção: Metrópole

Autor: Fábio Grellet / RIO Priscila Mengue

Título: Força-tarefa vê baixo risco de óleo avançar pelo Rio

A força-tarefa do governo federal responsável por acompanhar o derramamento de óleo no litoral brasileiro considera “baixa” a probabilidade de resíduos de óleo alcançarem as praias ao sul de Cabo Frio, na Região dos Lagos fluminense. Nesse caso, o óleo não chegaria ao município do Rio nem ao litoral paulista. A informação tem por base cálculos que levam em consideração a dinâmica das correntes oceânicas e a agitação marítima predominantes ao sul

do Cabo de São Tomé (península na região de Campos dos Goytacazes). “Como referência, o grupo de trabalho observou as quantidades decrescentes de resíduos de óleo nas praias, a baixa quantidade de material que atingiu o Sudeste e o comportamento das correntes na superfície e subsuperfície marítima”, afirma nota da força-tarefa.

Registros. O número de praias, rios, ilhas e mangues atingidos por óleo continua aumentando e chegou a 803, segundo balanço divulgado ontem pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Ao todo, ao menos 126 municípios de todos os nove Estados do Nordeste, do Espírito Santo e do Rio foram afetados por fragmentos ou manchas de petróleo cru desde 30 de agosto. O balanço também indica que 28 localidades ainda estão com manchas de óleo, outras 456 têm fragmentos e 319 são consideradas “limpas”. Os pontos com mais de 10% de contaminação estão exclusivamente em Alagoas (6), na Bahia (15), no Piauí (2), em Pernambuco (1) e no Sergipe (4).

CPI. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara que investiga o derramamento aprovou a realização de audiências públicas com diversas autoridades, incluindo os ministros de Meio Ambiente, da Saúde e da Defesa e dirigentes da Marinha, do Ibama e do ICMBio.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 29/11/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Petrobras reduz previsão de investimento em 10% até 2024

Estatul mantém foco no pré-sal e destinará 85% dos recursos para exploração

Rio de Janeiro Em seu primeiro plano estratégico no governo Jair Bolsonaro, a Petrobras reduziu em 10% a previsão de investimentos para cinco anos e decidiu priorizar ainda mais os recursos na exploração do pré-sal. A empresa pretende manter o ritmo de venda de ativos.

O Plano Estratégico 2020-2024, anunciado nesta quinta-feira (28), traz projeção de investimentos de US\$ 75,7 bilhões (cerca de R\$ 322 bilhões, na cotação atual), dos quais 85% serão destinados à exploração e produção de petróleo.

O plano anterior falava em US\$ 84,1 bilhões (R\$ 357 bilhões) para o período entre 2019 e 2023. A Petrobras não explicou as razões para a queda. Durante o ano, porém, a empresa anunciou que não investirá mais em energias renováveis e que venderá metade de sua capacidade de refino.

“Essa alocação [de recursos] está aderente ao nosso posicionamento estratégico, com foco nos ativos de E&P [exploração e produção], especialmente no pré-sal, nos quais a Petrobras tem vantagem competitiva”, disse a empresa, em nota.

O documento considera preços de petróleo mais baixos do que os atuais: US\$ 50 por barril nos próximos cinco anos e US\$ 45 no longo prazo. Na quarta (27), o barril do Brent, negociado em Londres, fechou em US\$ 63,01.

A companhia espera colocar em operação 13 novos sistemas de produção de petróleo —que incluem plataformas e equipamentos submarinos. Em 2024, pretende atingir a produção de 3,5 milhões de barris de óleo equivalente (somado ao gás) por dia, crescimento de 30% com relação à metade 2019.

Para 2020, a companhia não espera aumento de produção, diante de perdas de volumes com o declínio natural de campos mais antigos e concentração deparadas para manutenção de plataformas durante o ano.

No novo Plano Estratégico, a Petrobras passa a considerar um conceito de “produção comercial”, que exclui da conta os volumes de gás que são reinjetados nos poços, consumidos em suas instalações ou queimados.

A produção comercial, portanto, é aquela que a companhia pode vender ao mercado. Em 2019, menos da metade da produção nacional de gás chegou ao mercado.

O plano prevê a entrada de US\$ 20 bilhões a US\$ 30 bilhões (R\$ 85 bilhões a R\$ 127 bilhões) com a venda de ativos. O valor está em linha com o previsto no plano de investimentos anterior, que foi divulgado no fim de 2018, ainda no governo Michel Temer.

A venda de ativos e a maior geração de caixa devem reduzir a dívida bruta dos atuais US\$ 90 bilhões (R\$ 382 bilhões) para US\$ 60 bilhões (R\$ 255 bilhões) em 2021.

VEÍCULO: O Globo

Data: 29/11/2019

Seção: Economia

Autor: RAMONA ORDONEZ

Título: Petrobras reduz investimentos em 10% até 2024

Em nova estratégia para os próximos cinco anos, estatal opta por um volume de aportes menor que o do plano anterior para reduzir endividamento, mas reforça concentração de recursos na exploração do pré-sal

A Petrobras decidiu reduzir investimentos em 10% nos próximos cinco anos em relação ao plano em vigor atualmente. O novo Plano Estratégico 2020-2024, aprovado na quarta-feira pelo Conselho de Administração, prevê aportes de US\$ 75,7 bilhões. O plano anterior (2019-2023) previa US\$ 84,1 bilhões. Segundo fontes, chegou a ser discutido um pequeno aumento, podendo se aproximar de US\$ 90 bilhões, mas os conselheiros concordaram com a posição do presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, de reforçar a redução da dívida.

A Petrobras quer reduzir a dívida bruta dos atuais US\$ 90 bilhões para US\$ 60 bilhões até 2021. Para isso, prevê ainda maior agressividade na venda de ativos, de refinarias a campos maduros, que pode chegar a US\$ 30 bilhões até 2024. Neste ano, a estatal já vendeu US\$ 15 bilhões em negócios, incluindo o controle de subsidiárias como a BR Distribuidora. Ontem, assinou a venda de 30% do campo de Frade, na Bacia de Campos, para a Petro-Rio por US\$ 100 milhões.

Apesar da redução do volume de investimentos, o comunicado da empresa sobre o plano ontem reforçou o foco nos campos do pré-sal, mais rentáveis, aumentando a concentração dos aportes em exploração e produção de petróleo e gás. A área ficou com 85% do total, US\$ 64,3 bilhões, pouco abaixo dos R\$ 68,8 bilhões do plano anterior (81% do total). O mercado esperava aporte maior nessa área por causa da aquisição de blocos nos últimos dois leilões do pré-sal, mas optou-se por “uma sintonia fina nos números antigos, garantindo-se também a redução da dívida”, como explicou uma fonte próxima à empresa.

O mercado reagiu mal ao plano no início da manhã. As ações preferenciais da estatal iniciaram o dia em queda, mas no fechamento da Bolsa, os papéis tiveram leve alta de 0,68% nas preferenciais e de 0,45% nas ordinárias (ON). Um dos fatores de frustração foi a meta de produção de 2,7 milhões de barris diários em 2020, um pouco inferior à de 2,8 milhões do plano anterior. Para 2024, o plano prevê alcançar 3,5 milhões de barris diários.

Em relatório, o BTG Pactual avaliou que, embora no longo prazo seja positivo o incremento na produção, a Petrobras trouxe “metas decepcionantes” no curto prazo. O Credit Suisse foi na mesma linha, mas analistas desses bancos e de outras instituições consideraram positivo o foco no pré-sal e na redução de dívida.

— O plano foi bom, em linha com o que esperávamos. A companhia está no caminho certo — avaliou Luiz Carvalho, analista do UBS.

Para Pedro Galdi, analista da Miare Asset Corretora, o plano é coerente com a estratégia adotada por Castello Branco: — O conservadorismo é importante para arrumar a casa.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 29/11/2019

Seção: Negócios

Autor:

Título: Petrobras ajusta investimento

Mercado S/A

A Petrobras divulgou ontem o primeiro plano de negócios durante o governo Jair Bolsonaro. A programação para o período 2020-2024 prevê uma carteira de investimentos de US\$ 75,7 bilhões, valor 10% menor do que o projetado para o período 2019-2023, em vigor atualmente, de US\$ 84,1 bilhões.

A maior parte (85%) será alocada em exploração e produção (E&P) de petróleo, sobretudo, no pré-sal. “Essa alocação está aderente ao nosso posicionamento estratégico, com foco nos ativos de E&P, nos quais a Petrobras tem vantagem competitiva e que geram mais retorno para os investimentos”, afirmou a estatal, em nota.

Os desinvestimentos previstos no plano variam entre US\$ 20 bilhões e US\$ 30 bilhões para o período, com maior concentração nos anos de 2020 e 2021. Em comunicado ao mercado, a petroleira destacou que o plano está consistente com os cinco pilares estratégicos da companhia: maximização do retorno sobre o capital empregado; redução do custo de capital; busca incessante por custos baixos; meritocracia; respeito às pessoas, meio ambiente e segurança.

Dívida

A Petrobras reafirmou que continua perseguindo a redução do endividamento por meio da geração de caixa e dos desinvestimentos. “Em 2021, planejamos atingir US\$ 60 bilhões de dívida bruta o que aumentará a remuneração aos acionistas em linha com a nova política de dividendos já anunciada”, informou. A partir de 2021 a dívida deverá se manter nesse patamar ao longo do quinquênio.

Os parâmetros avaliados pela companhia são de preços de petróleo mais reduzidos, no valor de US\$ 50 por barril para os próximos cinco anos e de US\$ 45 o barril a longo prazo. A empresa se comprometeu a aplicar “governança criteriosa” para a selecionar projetos e “reafirmou seu compromisso de se

tornar uma companhia mais robusta financeiramente, com baixo endividamento e custo de capital, alinhada aos seus pares da indústria e focada em ativos de óleo e gás de classe mundial”.

Carbono

Pela primeira vez, a Petrobras incluiu em um plano estratégico quinquenal uma meta de descarbonização. A companhia estipulou 10 compromissos com a agenda de baixo carbono, entre os quais registrar crescimento zero das emissões absolutas operacionais até 2025 em relação a 2015. “Até o momento, já avançamos com uma série de ações de descarbonização em nossos processos, que envolvem redução da queima de gás natural, reinjeção de CO2 e ganhos de eficiência energética.”

A estatal também se comprometeu a reduzir em 30% a captação de água doce, com foco no aumento do reúso até 2015, e a ter 100% de suas instalações com plano de ação em biodiversidade, mantendo os investimentos em projetos socioambientais. Os compromissos têm como base de comparação o ano de 2018.

MME / ASCOM .